

AS NOVAS CARTAS PORTUGUESAS E A INSURGÊNCIA FEMINISTA EM PORTUGAL

Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento*

Resumo: Partindo da noção desenvolvida por Foucault acerca das relações de poder e as resistências, e da organização política, social e cultural-religiosa do Estado Novo Português (1926-1974), o presente trabalho pretende analisar de que maneira as escritoras e feministas portuguesas Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa constroem o discurso de resistência feminista na polêmica obra *Novas cartas portuguesas* (1972), que foi apreendida três dias após o lançamento e que gerou o processo mais conhecido (e talvez o maior) movido pelo Estado Novo.

Palavras-Chave: *Novas cartas portuguesas*; feminismos; Estado Novo português; resistência.

Abstract: Based on Foucault's notion of power relations and resistance, and of the political, social and cultural-religious organization of the Estado Novo Português (1926-1974), the present work intends to analyze how Portuguese writers and feminists Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta and Maria Velho da Costa construct the discourse of feminist resistance in the controversial work *New portuguese letters* (1972), which was seized three days after the launch and generated the most known (and perhaps the greatest) process moved by the Estado Novo português.

Key-Words: *New portuguese letters*; feminisms; Estado Novo português; resistance.

* Doutora e mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). michellevasc@hotmail.com

O Estado Novo Português e a Igreja: a submissão e inferioridade feminina

Na sociedade Ocidental, de cultura judaico-cristã, os mitos da criação perpetuam a mulher como o “Outro” do homem, o diferente negativo, o que justifica a sua submissão e subserviência. A sexualidade feminina é interdita, com a repressão do corpo e dos seus desejos.

O erotismo, nesse modelo cultural, é permitido apenas aos homens, sendo um tabu para as mulheres, passível ainda de pena capital, como ocorreu durante o período inquisitorial, quando milhares de mulheres foram condenadas à fogueira pela vida sexual (ou suposta vida) fora dos “padrões” católicos.

Como exemplo disto, os regimes autoritários que se desenvolveram na Europa e América Latina durante todo o século XX, e que encontram ecos no século XXI, utilizaram abertamente do discurso judaico-cristão e de teorias biológicas da diferença para oprimir a mulher, a partir do seu corpo e dos seus desejos.

O regime ditatorial civil-militar que se desenvolveu em Portugal, conhecido como Estado Novo (1926-1974), aprofundou e estreitou as suas relações com a Igreja, integrando o discurso ideológico cristão em relação à mulher ao discurso institucional político. O imaginário cristão em relação à inferioridade feminina, à desconfiança em relação à mulher e a sua possível “redenção” enquanto mãe, à figura de *Maria Mater*, foi desenvolvido por meio de um discurso político institucional que relega a mulher ao âmbito privado da casa, aos cuidados da família, marido e filhos. Um discurso que silencia e tolhe as liberdades conquistadas no conturbado período anterior, que ficou conhecido como a I República (1910-1926).

O que se percebe é que o pensamento conservador da

sociedade portuguesa, que bem como um dos pilares principais a moral religiosa cristã, foi um dos principais opositores ao governo, já que “os republicanos eram tidos por adversos ao catolicismo, anarquizantes da família, inimigos da ordem social” (FERREIRA, 1951, p. 893-4). A Revolução que culminou com a queda da I República em Portugal, utilizou o discurso e moral conservadores da sociedade portuguesa da época:

Ao contrário dela [Revolução Republicana], [28 de maio] foi um movimento majoritário da estabilização, que triunfou, porque soube utilizar as camadas inertes, subjacentes da população, as interpretou no seu conservadorismo e as representou na defesa dos chamados valores tradicionais: a Religião, o Exército, a Nação, a Família, a Ordem, a Terra. (MARQUES, 2001, p. 372)

O Estado Novo, que teve como principal governante António de Oliveira Salazar, estabeleceu estreitas relações com a Igreja Católica, e desenvolveu um discurso de inferioridade feminina, pautada na biologia e na função da mulher: reprodutora, mãe, cuidadora dos filhos e do marido. A mulher do lar. Com o lema “Deus, Pátria e Família” e o slogan “A mulher para o lar”, o discurso ideológico do Estado português vai se valer dos valores cristãos e do “determinismo biológico” feminino para relegar a mulher portuguesa ao ínfimo lugar de “senhora do lar”. Leandro Pereira Gonçalves e Daniela Garces de Oliveira apontam para a imprensa católica como um instrumento de criação e disseminação de um ideal feminino dentro do período da ditadura salazarista, a que os autores chamam de “porta-voz do regime” (2015, p. 145). De acordo com autores, Salazar contou com o apoio da imprensa para promover um modelo hegemônico feminino, que não observava as peculiaridades de cada grupo social, étnico ou econômico, nem as transformações sociais do pós-guerra, pois, para o regime era

importante a preservação do estatuto família e dos valores tradicionais: “Os ardis empregados no combate ao trabalho feminino, fora da esfera privada, foram os mesmos que condenaram a sexualidade, a liberdade e os direitos adquiridos com a Primeira República Portuguesa”. (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 142).

Mesmo em contracorrente aos ideais de legalização do trabalho feminino que se expandia na Europa devido à necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, o que se pode compreender também pelo fato de Portugal ser à altura um país essencialmente agrário. O discurso de Salazar sempre se dava em função da preservação do estatuto materno e doméstico das mulheres, desmotivando o trabalho feminino fora do lar:

(...) o trabalho da mulher fora de casa desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranque da casa, no preparo da alimentação, no vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente recompensado pelo salário recebido.¹

Dentro deste modelo de sociedade que reservava à mulher o espaço privado, da casa, o discurso religioso, no Estado Novo português, se consolidou como uma das bases ideológicas para dominação e submissão feminina, para a perseguição empreendida às mulheres que fugiam dos padrões estabelecidos: mãe, esposa, do lar e temente a Deus. Pode-se examinar dentro deste regime autoritário que o discurso e o silêncio sobre a sexualidade se organizam dentro do que é permitido ou não aos dois gêneros, masculino e feminino. Ou seja, “como são distribuídos os que podem e os

¹ Disponível em: <http://capazes.pt/cronicas/o-25-de-abril-o-estatuto-da-mulher/2/>
Acesso em 19 de junho de 2016.

que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros.” (FOUCAULT, 2014, p. 31). Além disso, esses discursos são organizados dentro de uma estrutura política: servem a tal estrutura, delimitam o lugar, as funções e o comportamento esperado de cada um dos gêneros na organização social, de modo a permitir o funcionamento de determinada sociedade dentro das relações de poder.

Neste modelo ideológico, condena-se a liberdade feminina. A mulher só existe e só é aceita socialmente como ser inferior e subjugada ao homem. Os seus desejos são proibidos, o seu corpo e sexualidade são reprimidos, tendo como único desígnio a reprodução e manutenção da família. É vedado e passível de punição, qualquer tipo de transgressão feminina, o que podemos entender como as resistências aos discursos de poder. As punições variam desde a exclusão social à prisão. E é neste ambiente de repressão às liberdades e igualdade femininas e às quaisquer liberdades individuais, que algumas mulheres desenvolveram suas formas de resistência feminina e feminista através da Literatura.

As Novas cartas portuguesas: a insurgência feminista

Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, os seus negócios, as suas propriedades, as suas famílias, os seus lugares entre amigos e conhecidos, os seus prazeres.

Se a mulher se revolta contra o homem, nada fica intacto.
(BARRENO, HORTA, COSTA)

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa publicaram em 1972 *Novas Cartas Portuguesas*, um livro escrito a seis mãos, sob um pacto de autoria: as autoras, desestabilizando as noções de autoria, não assinaram os textos. Ao mesmo tempo instauram a noção de

sororidade através deste pacto:

Para a escrita em conjunto deste livro, as autoras partiriam, como é sobejamente conhecido, do romance epistolar *Lettres Portugaise*, publicado anonimamente por Claude Barbin, em 1969, e apresentado como uma tradução, anônima também, de cinco cartas de amor endereçadas a um oficial francês por Mariana Alcoforado, jovem freira enclausurada no convento de Beja. Foi comum às três escritoras a decisão de utilizarem uma obra conhecida da literatura portuguesa e terá sido Maria Velho da Costa quem trouxe para o primeiro encontro de estruturação da escrita a edição bilingüe de *Lettres Portugaises*, com o título *Cartas Portuguesas*, publicada pela Assírio&Alvim, em 1969, em tradução de Eugénio de Andrade. [...] (AMARAL, 2014, p. 42)

Em *Novas Cartas Portuguesas* (1972), uma obra (in)classificável em relação ao gênero e temática, as três Marias, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, retornam à Mariana Alcoforado como fundadora desta literatura de autoria feminina pautada nas escritas de si, como também pautada na reivindicação e denúncia femininas, denúncia do corpo – pois pode ser considerada uma das primeiras vozes femininas em Portugal a manifestar o erotismo feminino – e denúncia do sujeito feminino, enquanto mulher. Como mesmo aponta Maria de Lourdes Pintasilgo, no prefácio à edição do livro em Portugal:

Fica claro que neste livro se trata da condição das mulheres. Daquilo que às mulheres é consentido ou negado. Do cerco ideológico que as retém prisioneiras. Da contradição de terem de passar pela igualdade para alcançarem a diferença e descobrirem a sua identidade. [...] Pela primeira vez na história do movimento feminista e da sua expressão literária a cumplicidade entre as mulheres foi ao mesmo tempo sujeito e objecto de toda a trama de um livro. Aí reside sua espantosa originalidade. (PINTASILGO In: AMARAL, 2010, p. XXXI)

Dentro de um regime político conservador e autoritário que se regimenta, dentre outras coisas, a partir do

discurso ideológico da Igreja em relação à mulher, relegando a esta uma posição inferior e submissa ao homem, retirando ainda os direitos anteriormente conquistados, como o voto, o divórcio, desmotivando o trabalho feminino fora do lar, assim como a educação feminina, construindo um ideal de mulher como esposa e mãe, é que a produção das três Marias se apresenta como insurgência, como resistência. E elas partem da própria tradição literária, com Mariana Alcoforado, para subverter tanto o modelo feminino tradicional, como os padrões literários canônicos, seja em estilo, seja em temas. Desconstroem e subvertem o discurso pautado na subserviência e retidão moral femininas e apresentam um corpo feminino erótico e ativo. E dão voz ao sujeito feminino, que se multiplica através das Marias, das Teresas, Isabeis, Fátimas, Anas, Marianas. E ao quebrar o silêncio tão recomendado às mulheres, subvertem e “criam” a mulher:

Uma mulher conveniente não se queixa, não faz confidências, exceto, para as católicas, a seu confessor, não se entrega. O pudor é sua virtude, o silêncio sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza. A impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir seu próprio ser, ou ao menos o que se pode saber dele. (PERROT, 2005: 10)

O falar de si, ou seja, das questões inerentes à cultura feminina, a apresentação do corpo feminino erotizado e natural, são discursos ou nós de resistência que as três Marias constroem ao longo das *Novas Cartas* em oposição ao discurso de poder do Estado Novo português. Considerando que onde “há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2014) essas resistências são construídas de forma a antagonizar o discurso conservador do Estado Novo em relação à mulher, e às políticas de controle do corpo feminino e do sujeito feminino como uma posse do homem.

Embora tenha sido levado a julgamento pelo seu conteúdo “insanavelmente imoral” e de ser um atentado “à

moral e aos costumes”, *Novas Cartas* são, sobretudo, um livro político:

Há em *Novas Cartas*, um conjunto de estratégias ou de processos de ruptura lingüística e ideológica – marcados pelo excesso, pela violência, pela opacidade, pelo desvio e pela fractura – que contribuem para a construção de uma “poética da resistência” aos discursos que legitimam a repressão. Uma repressão que é política, social, sexual e lingüística, exercida sobre a sociedade portuguesa do Estado Novo, em geral, e sobre as mulheres (e as mulheres escritoras), em particular. (AMARAL, 2014, p. 17)

Mariana Alcoforado é o mote para a construção do discurso de resistência das Três Marias, que, no decorrer dos 119 textos, denunciam, dentre outros problemas, a condição feminina em Portugal, o silêncio feminino, a sexualidade reprimida, a exploração feminina no âmbito da família e do trabalho, a violência contra a mulher.

A partir da premissa foucaultiana de que o corpo é construído historicamente e de que o corpo é político, observamos a construção do excesso de erotismo na obra, como a subversão a que se pretende em relação à sociedade conservadora e ao Estado Novo. O excesso “transbordante” marca a transgressão dos papéis de gênero na obra. A mulher, cujo corpo foi “saturado de sexo e histericizado” historicamente pelo discurso de saber dessa sociedade que o reprime, retorna assumindo o papel ativo na sexualidade, conhecedora do seu corpo e do seu desejo, senhora de si.

É já no subtítulo da obra, construído a partir dos títulos de três livros anteriormente publicados pelas autoras, que elas deixam clara a sua proposta: “*Novas Cartas Portuguesas* (ou de como Maina Mendes pôs ambas as mãos sobre o corpo e deu um pontapé no cu dos outros legítimos)”². Deixando clara

² O subtítulo é composto pela referência às três obras anteriores publicadas pelas autoras: *Maina Mendes* (1969), de Maria Velho da Costa; *Os outros legítimos*

também a intertextualidade não apenas com o texto de Mariana Alcoforado, mas com a tradição literária:

Primeira Carta I

Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos. E já foi dito que não interessa tanto o objecto, apenas o pretexto, mas antes a paixão; e eu acrescento que não interessa tanto a paixão, apenas o pretexto, mas antes o seu exercício. [...] Porque só nós perguntaremos então qual o modo do nosso exercício, se nostalgia, se vingança. Sim, sem dúvida que a nostalgia é também uma forma de vingança, e vingança uma forma de nostalgia; em ambos os casos procuramos o que não nos faria recuar; o que não nos faria destruir. [...] Só de nostalgias faremos uma irmandade e um convento, Soror Mariana das cinco cartas. Só de vinganças, faremos um Outubro, um Maio, e novo mês para cobrir o calendário. E de nós, o que faremos? 1/3/71 (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 9)

Ao longo das *Novas Cartas*, encontramos cinco cartas escritas supostamente por cada uma das Marias para Mariana Alcoforado. A Primeira Carta I é a que abre o livro e a única de que sabemos a autoria: Maria Isabel Barreno. No texto da Carta, fica explícita a construção da obra literária como esse longo palimpsesto, que remete a outras obras, e que, no caso deste, ecoa a voz de Mariana, e suas cinco cartas a seu interlocutor, as Três Marias. E o exercício dessa escrita é melancolia, é vingança. É pela escrita que Mariana escreve o seu amor e sua dor, a sua submissão feminina, e é pelo discurso que as Três Marias questionam e subvertem o modelo feminino histórico da passividade. No poema “Ei-nos”, nos são apresentadas essas mulheres:

superiores (1970), de Maria Isabel Barreno e *Ambas as mãos sobre o corpo* (1970), de Maria Teresa Horta.

Eis-nos

Eis-nos de luta
Expostas
Sem vencer os dias

As verilhas
Certas
No passo retomado

O rever das casas e das causas
O revolver das coisas
Que dormiam

[...]

Fêmeas somos
Fiéis à nossa imagem
Oposição sedenta que vestimos
Mulheres pois sem procurar vantagem
Mas certas bem dos homens que cobrimos

E jamais caça
Seremos

Ou objecto
Dado

[...]

Remota viração que se reparte
esta que usamos em cumprir
sustento

de pressuposta amarra
em que ficamos

apartadas dos outros
e tão perto

17/03/ 71 (BARRENO; COSTA; HORTA, 1974, p. 40-41)

Novas Cartas foi uma afronta ao modelo salazarista de família e de mulher, um modelo que, baseado na instituição religiosa, demarcava o que era permitido ou proibido socialmente a tais sujeitos. Apresentava outra possibilidade de construção de uma identidade feminina insubordinada. A mulher apresentada como esse sujeito de luta, a rever as casas e as causas, remete a esse sujeito feminino que tanto revê o seu lugar social (o âmbito privado), e as causas que são retomadas, como a reivindicação da igualdade e liberdade femininas. O passo retomado indica a retomada do ideal que ficou em algum lugar, perdido no passado, como podemos fazer a relação às liberdades e relativa igualdade que as mulheres conquistaram durante o período da Primeira República em Portugal, e que foram combatidas pelo Estado Novo. Em “Ei-nos”, vemos a apresentação dessa mulher que retoma o seu passo, consciente do lugar de invisibilidade e submissão que lhe foi relegado, representado pela “pressuposta amarra/ em que ficamos”. Uma amarra também invisível, mas que controla e aparta os corpos e as ações de dessas mulheres, que as apartam do mundo dos homens, do mundo social e político. E essas mulheres: “E jamais caça/ seremos/Ou objecto/dado”, tinham como base as idéias feministas desenvolvidas ao longo do século XX e combatidas pelo governo português:

O próprio gesto da escrita e a ousadia de tratar o corpo e o desejo, nos seus múltiplos cambiantes, dizendo a mulher “colônia do homem” (Barreno/Horta/Costa 2010: 262) pode inscrevê-lo nesse espaço de reivindicação de reconhecimento dos direitos sociais, jurídicos, econômicos e culturais das mulheres. Mas é *Novas Cartas Portuguesas* unicamente um livro sobre as identidades (e quando falamos de identidades referimo-nos às sexuais, mas também às sociais, culturais e nacionais)? (AMARAL, 2014, p. 17).

Quando essas mulheres afirmam que jamais serão caça ou objeto dado, elas se voltam contra os modelos tradicionais, insurgem contra os discursos e modelos difundidos pelo salazarismo que as colocam como o outro, o sujeito do espaço privado. São mulheres que reivindicam uma nova identidade e papel social. O corpo é lugar da denúncia e da resistência:

A alienação do corpo é a zona utilizada preferencialmente, embora exclusivamente, pelas autoras para dizer, a um tempo, a opressão e a revolta, a sujeição e a autonomia das mulheres. [...] a zona da opressão do corpo e de domínio privado. [...] O corpo, como lugar preferencial da denúncia da opressão das mulheres, excede-se naquilo que representa. Funciona como metáfora de todas as formas de opressão. (PINTASSILGO in AMARAL, 2010, p. XXVIII – XXIX)

Tendo a paixão de Mariana como pretexto, as três Marias subvertem os papéis masculinos e femininos na conquista e no sexo, e o corpo feminino erotizado surge como mais um discurso de subversão e resistência ao conservadorismo português, como podemos ver em “A paz”:

Compraz-se Mariana com seu corpo. O hábito despido, na cadeira, resvala para o chão onde as meias à pressa tiradas, parecem mais grossas e mais brancas. As pernas, brandas e macias, de início estiradas sobre a cama, soerguem-se levemente, entreabertas, hesitantes; mas já os joelhos se levantam e os calcanhares se vincam nos lençóis; já os rins se arqueiam no gemido que aos poucos se tornará contínuo, entrecortado, retomado logo pelo silêncio da cela, bebido pela boca que o espera.

Quebra-se, pois, a clausura: pelos seios ele a tem segura a rasgar-lhe os mamilos com os dentes.

Quebra-se pois a clausura?

Compraz-se Mariana com o seu corpo, ensinada de si, esquecida dos motivos e lamentos que a levam a cartas e a inventam. – “Descobri que lhe queria menos do que à minha paixão (...)”: – Ei-la que se afunda em seu exercício. Exercício

do corpo-paixão, exercício da paixão na sua causa.

[...]

Mariana deixa que os dedos retornem da vagina e procurem mais alto o fim do espasmo que lhe trepa de manso pelo corpo. A boca que a suga, a galga, é como um poço no qual se afoga consentida, ela mesmo a empurrar-se enlouquecida, veloz.

[...]

E a noite devora, vigilante, o quarto onde Mariana está estendida. O suor acamado, colado à pele lisa, os dedos esquecidos no clitóris, entorpecido, dormente.

A paz voltou-lhe ao corpo distendido, todavia, como sempre, pronto a reacender-se, caso queira, com o corpo, Mariana se comprazer ainda.

21/3/71 (BARRENO; HORTA. COSTA; 1974, p. 48-50)

Em “A paz”, nos é apresentada Mariana na sua cela, em seu exercício de paixão, numa intertextualidade direta com as Quinta Carta de Mariana Alcoforado, quando escreve a Chamilly, em tom de despedida: “Descobri que lhe queria menos do que à minha paixão (...)”. Na Carta de Alcoforado, somos levados a compreender o que seria esse exercício de paixão, como exercício de criação imaginativa dessa paixão. Na intertextualidade, em “A paz”, somos levados, pela construção do texto, a interpretar que a narrativa constrói uma relação sexual entre Mariana e o Cavaleiro de Chamilly, e nos deparamos, com o aspecto da imaginação, do exercício de criação imaginativa da relação sexual, pela masturbação: Mariana masturba-se dentro de sua cela. “Quebra-se pois a clausura?”

Novas Cartas não apenas nos fornece uma releitura da obra *Cartas Portuguesas*, mas, ao trazer o corpo erótico feminino ativo sexualmente, e trazer à tona temas tabus como o prazer feminino, em particular, no texto acima, a masturbação, explicita um tema e um corpo proibidos pela Igreja Católica, passíveis de condenação:

Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente. (*Malleus Maleficarum*, Parte I, Questão VI)

Ora, embora a Inquisição tenha se estendido até o século XIX, os resquícios de todo o aparato ideológico misógino criado para justificar a violência contra a mulher, a condenação de sua liberdade e de sua sexualidade, continuaram a ser usados para justificar o seu lugar de inferioridade em relação ao homem, como forma de controle social. Na verdade, podemos situar a Inquisição como um processo histórico de cunho político e religioso que refletia a mentalidade que se formava na época. Às mulheres foi negado o desejo, o saber sobre o seu corpo, sobre a sua sexualidade como mecanismo de controle e de poder. O simples “desabrochar” do desejo foi socialmente condenado. Mesmo dentro dos limites da discricção, o desejo e o sexo eram permitidos aos homens, e às mulheres apenas o dever da procriação. A masturbação era um pecado gravíssimo e passível de pena capital.

O Estado Novo português vai utilizar desse mesmo discurso ideológico, produtor de uma verdade, para manter o controle social e subjugar a mulher dentro de sua política estatal: a mulher, mãe, esposa e temente a Deus. O imaginário em torno da mulher bruxa não havia se dissipado dos discursos misóginos, e a mulher era condenada ao silenciamento dos desejos e do corpo.

Logo, ao trazer para *Novas Cartas* o corpo feminino erotizado, um corpo prenhe de prazeres e uma mulher que tem o conhecimento e o domínio do seu corpo e do seu prazer, as três Marias estão indo além da construção de um

texto meramente subversivo à moral, mas estão construindo um discurso político sobre o corpo feminino que se coloca como resistência ao discurso de verdade produzido pelas instituições que servem do Estado Novo. O corpo é político, ele é construído historicamente.

É re-inventando Mariana que as escritoras re-escrevem o corpo feminino na literatura e na sociedade portuguesa:

Conversa do Cavaleiro de Chamilly
com Mariana Alcoforado à maneira da saudade

– De vossos peitos
Senhora
Estou de vós lembrado

– De tua boca em tê-los
E o medo
De perdê-los

– De vosso ventre
Senhora
Estou de vós lembrado

– De teu leite cheio
E chama
Tão acesa em sê-lo

– de vossas coxas
Senhora
Estou de vós lembrado

– De te serem
Tidas
Se queixam desvalidas
– De vossas artes
Senhora
Estou de vós lembrado

– De ti roubada
Nelas
Por mim tomada delas

– De vosso gemido
Senhora
Estou de vós lembrado

– De prazer o grito
Menor
Que o meu gemido

– De vosso orgasmo
Senhora
Estou de vós lembrado

– De teu corpo
O campo
Do meu corpo o canto

– De vossa língua
Senhora
Estou de vós lembrado

– Na tua boca o suco
No teu membro
O espanto

9/4/71 (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 123)

No diálogo criado entre Mariana Alcoforado e o Cavaleiro de Chamilly, temos uma espécie de poema erótico. Na relação sexual, relembrada pelo Cavaleiro, mais uma vez, a mulher aparece com seu corpo erotizado, e ativa no sexo e no gozo. Enquanto o sujeito masculino relembra, é o sujeito feminino que conduz a lembrança da relação, e é quem domina essa “arte”: “De suas artes/senhora/estou de vós lembrado”. A relação é conduzida pela lembrança que é reconstruída pelos substantivos peitos, ventre, coxas, gemido,

orgasmo, e língua, os quais constroem o enredo dessa relação sexual que culmina com os gozos feminino e masculino. A subversão não ocorre apenas pelo ato sexual, mas novamente pela inversão de papéis: a mulher ativa no sexo, a mulher que conhece o seu corpo e que goza, e que também é ativa na busca de prazer do parceiro:

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. (FOUCAULT, 2014, p. 11)

É a partir da ficcionalização desses sujeitos, Mariana e Chamilly, trezentos anos depois, que se subverte o discurso moral em relação à mulher, que se apresenta um novo, mas tão antigo (reprimido) sujeito feminino. A grande questão que envolve *Novas Cartas* é de como a sexualidade feminina é construída nas suas páginas, como o corpo feminino é construído em oposição a um discurso de repressão sexual, ou melhor, de um discurso que permite à mulher o sexo dentro dos moldes da família unicelular cristã, o sexo para a procriação. Neste modelo, o gozo feminino é repugnante, pois remete ao imaginário cristão da lascívia feminina. O discurso de verdade da Igreja em relação à mulher é, ao lado do discurso de saber científico sobre a mulher que se desenvolve ao longo do século XX, utilizado pela sociedade que tenta dominar, controlar e punir o corpo feminino:

A personagem investida primeiramente pelo dispositivo de sexualidade, uma das primeiras a ser “sexualizada”, foi, não devemos esquecer, a mulher “ociosa”, nos limites do “mundo” – onde sempre deveria figurar como valor – e da família, onde

lhes atribuíam novo rol de obrigações conjugais e parentais: assim apareceu a mulher “nervosa, sofrendo de “vapores”; foi aí que a histericização da mulher encontrou seu ponto de fixação. (FOUCAULT, 2014, 131)

Tanto o imaginário cristão quanto o discurso científico produzidos saturam o corpo feminino de sexo, e que constroem uma visão da sexualidade feminina como algo negativo. É o mesmo imaginário – quando culpa a mulher do pecado original – e o discurso científico – quando condena o corpo feminino –, que irão, de certa forma, legitimar a violência contra esses corpos as femininos. A mulher é apenas objeto dentro desta visão. É contra esta visão que *Novas cartas portuguesas* se insurge, apresentando um sujeito feminino liberto desses discursos de verdade e das amarras sociais criadas pelo Estado Novo português.

Considerações finais

Novas cartas portuguesas (1972) é sem dúvida uma obra polêmica e de grande importância, pois não só tem vinculação com o final do Estado Novo português e se tornou a primeira grande causa feminista internacional, mas também representa uma renovação estética e literária. *Novas Cartas Portuguesas* foi publicado em abril de 1972, pela Estúdios Cor, editora que tinha como proprietário Romeu Correia de Carvalho e Melo, e que tinha como diretora literária Natália Correia. Após três dias do seu lançamento, foi apreendido e destruído pela censura do governo ditatorial, na época exercido por Marcello Caetano, e levou as três autoras a um julgamento que durou meses e finalizou após a Revolução dos Cravos, em abril de 1974.

Em 119 textos, variados em gêneros, temas e subvertendo a noção de autoria, mas pelos quais as Três Marias denunciam o sistema político conservador e

autoritário do Estado Novo português em relação à mulher, as autoras constroem a sororidade, fazendo ecoar as vozes das tantas mulheres que insurgem contra o discurso de poder dominante, algumas inventadas, outras, re-criadas, mas que todas imitam, de alguma forma, a vida de uma Maria ou alguma Ana... São todas mulheres, cujo corpo e sexualidade são oprimidos pelo sistema patriarcal, todas compartilham traços de uma mesma história. É pelo erotismo do corpo feminino que as Três Marias subvertem o modelo patriarcal pautado no discurso de verdade cristão. Assim, o discurso feminista de insurgência das Três Marias representa esse “ser mulher”, que, na verdade, é condição feminina histórica:

Primeira Carta V

Que negamos?
Que rimos ou rimamos nós de Mariana?
Que negamos?
Que tiramos nós de Mariana? Seu cuidado?
Eu meu cuidado? Vocês vosso cuidado?
Nossa chama?
Se dela tomei partido é porque a invento,
não porque a disfarço. É porque a defendo?
Me defendo? Me evito, amo, a suicido, a mato, a masturbo.³

Referências

AMARAL, Ana Luísa. Breve Introdução. In: BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. *Novas Cartas Portuguesas*. Org. Ana Luísa Amaral. Lisboa: Dom Quixote: 2010.

AMARAL, Ana Luísa; FREITAS, Marinela (Org.). *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*. Alfragide, PT: Publicações Dom Quixote, 2014.

³ Maria Isabel Barreno *et al.*, *Novas cartas portuguesas*, Nórdica, 1974, p. 99.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. *Novas Cartas Portuguesas*. Org. Ana Luísa Amaral. Lisboa: Dom Quixote: 2010.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. *Novas Cartas Portuguesas*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974.

FERREIRA, Joaquim. *História de Portugal*. 2 ed. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1950.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GONÇALVES, Leandro Pereira; OLIVEIRA, Daniela Garces de. A obra A mulher no século XX e a sua contribuição para a normatização feminina na sociedade portuguesa. In: MATOS, Maria Izilda Santos de. (Org). *Cultura, corpo e educação: diálogos de Gênero*. São Paulo: Intermeios, Teresina: UDUFPI, 2015.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa ou professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In: CRUZ, Natália dos Reis.(Org). *Ideias e práticas fascista do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARQUES, António H. de Oliveira et al. Da Monarquia para a república. In: *História de Portugal*. Org. José Tengarrinha. 2 ed. Bauru/Sp: EDUSC; São Paulo/SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. Prefácio. In: BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. *Novas Cartas Portuguesas*. Org. Ana Luísa Amaral. Lisboa: Dom Quixote: 2010.

Recebido:17/03/2016
Aprovado : 30/05/2016